

Rede questiona lei sobre política de transição energética em SC

03/01/2023

O partido Rede Sustentabilidade acionou o Supremo Tribunal Federal contra a lei catarinense que instituiu a Política Estadual de Transição Energética Justa e o Polo de Transição Energética Justa do Sul do Estado de Santa Catarina. A matéria é objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade distribuída ao ministro Dias Toffoli.

Vanessa Carvalho/Lide



O ministro Dias Toffoli será o relator da ação ajuizada pela Rede
Vanessa Carvalho/Lide

O partido sustenta que, durante seu trâmite na Assembleia Legislativa, o projeto que deu origem à Lei catarinense 18.330/2022 recebeu emendas que ampliaram seu objeto, invadindo competência privativa do chefe do Poder Executivo para editar lei que discorra sobre criação e estruturação de órgãos da administração pública. Na avaliação da Rede, a norma também invadiu a competência legislativa privativa da União para legislar sobre energia.

A legenda questionou também os termos e encaminhamentos sobre transição energética justa (TEJ) adotados na legislação. Segundo explica, a essência de um TEJ é a migração da energia gerada pela matriz fóssil para outra oriunda de fontes renováveis, como a eólica e a solar, considerando e tratando dos fatores socioeconômicos que envolvem essa mudança. Ocorre que a lei catarinense, em seu entendimento, apesar de prever um suposto plano de transição energética, na realidade revela-se um mecanismo que serve apenas aos interesses econômicos da cadeia produtiva do carvão, visando a adiar o inevitável fim da utilização desse combustível fóssil. A norma violaria, assim, o direito fundamental a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, entre outros princípios constitucionais.

Por fim, argumenta que a atividade de mineração e queima de carvão mineral para geração de energia por termelétricas é responsável por causar severos danos à saúde pública na região sul de Santa Catarina. *Com informações da assessoria de imprensa do STF.*

ADI 7.332

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-jan-03/rede-questiona-lei-politica-transicao-energetica-sc/>